

Ambientalistas condenam plano de urbanização do governo

22 OUT 1996

CORREIO BRASILENSE

Beth Veloso

Da equipe do Correio

A uma semana da votação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), um grupo de ambientalistas faz previsões catastróficas sobre as consequências do projeto na preservação dos recursos hídricos, parques nacionais e solo.

Representantes de 21 entida-

des não-governamentais de meio ambiente garantem que a área urbana prevista no Plano Diretor é superdimensionada e comprometerá as reservas ecológicas, como a Água Mineral, e a capacidade de abastecimento de água, depósito de lixo e tratamento de esgoto no DF.

"Não existem condições hídricas, climáticas e de impermeabilização do solo para o adensamento (populacional) que se propõe",

alerta a geógrafa Mônica Veríssimo, presidente da Fundação SP. Além da falta de água, ela avisa que o esgoto, mesmo que tratado, vai contaminar o Lago Paranoá. "O Lago não segura, não tem capacidade de oxidação, vai feder", prevê.

Segundo os ambientalistas, somando-se a zona urbana e a zona rural, 62% do território do DF serão ocupados por residências, comércio ou indústria.

Eles alegam que, no PDOT em vigor, aprovado em 1992, a zona urbana é de apenas 7,1%. De acordo com o novo plano, a área de ocupação urbana passaria a ser três vezes maior do que a demanda populacional para os próximos 10 anos.

"Em vez de reprimir a expansão urbana, que não é desejada, o PDOT está exacerbando essa ocupação, favorecendo os processos especulativos", avaliou a urbanista

Suely Gonzales, ex-professora da UnB.

LEVIANDADES

"São informações mentirosas e levianas. Como não têm compromisso com a realidade, determinadas pessoas ficam levantando hipóteses catastróficas, para gerar desinformação", reagiu o diretor-presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF), Filipe Torelly.

"A cidade está crescendo. O governo tem que disponibilizar áreas. Não podemos fazer como governos anteriores, que deixavam as coisas acontecerem na clandestinidade", justificou. Torelly sustenta que a área urbana ocupará apenas 15,72% do Distrito Federal. Segundo ele, dentro da maior mancha urbana, que vai do Guará até Santa Maria, haverá também áreas de preservação. "40% dela se destina à proteção de mananciais, áreas rurais remanescentes, lazer ecológico e restrição ambiental,

onde nenhum homem poderá entrar, se não for para pesquisa", avisa.

REALIDADE

"Quem define o ritmo de crescimento das cidades é a própria realidade. Não podemos esquecer que o plano é para os próximos 12 anos", endossou o deputado Tadeu Filipelli (PMDB), relator do PDOT na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa.

"Estamos batalhando pela causa ambiental. A sociedade quer mais espaços e loteamento, cria um problema, para só depois resolver. E essa pressão é muito grande", rebate Humberto Pellizzaro, da Associação Amigos do Parque Nacional. Os ambientalistas querem que o projeto seja retirado da Câmara, para voltar a ser discutido com a sociedade. "Não há a menor possibilidade. O projeto será votado no próximo dia 30", descartou Filipe Torelly.

CRÍTICA E RESPOSTA

Representantes de 21 organizações não-governamentais atacam o PDOT, que será votado na próxima semana. Veja o que pensam sobre o assunto as ONGs, o governo e o deputado Tadeu Filipelli (PMDB), relator do PDOT na Câmara

	AMBIENTALISTAS	FILIPELLI	GOVERNO
ZONA URBANA	Zona urbana prevista no PDOT é três vezes superior ao crescimento estimado da população do DF para os próximos 10 anos, o que pode gerar especulação imobiliária.	Expansão urbana será determinada pela demanda por moradia, num processo natural de crescimento da população.	Proposta em discussão aumenta a área rural, com relação ao Plano Diretor vigente, e não o contrário. O território ficará dividido assim: 75,4% para uso rural, 15,72% de zonas urbanas e 8,88% para controle ambiental.
ZONA RURAL	PDOT permite o uso de áreas rurais para sítios de lazer ou instalação de indústrias, o que não são finalidades rurais.	Nem toda área rural no DF é propícia para o plantio agrícola. Por isso, ela pode ser usada com fins de lazer.	Sustenta o mesmo argumento, acrescentando que há extensas áreas improdutivas no DF.
REDE DE ÁGUA	Não há mananciais suficientes para atender às novas zonas urbanas que estão sendo criadas.	Câmara Legislativa pediu a Caesb informações sobre os possíveis mananciais hídricos que servirão para abastecer a cidade. Oferta de água poderá aumentar, mas com investimentos, é claro.	PDOT preserva os mananciais de água, justamente para que sirvam no futuro como alternativas de abastecimento de água, além dos sistemas existentes de Santa Maria e do Descoberto.
ESGOTO E LIXO	Lago Paranoá não tem capacidade de oxidar todo o esgoto produzido pela zona de dinamização urbana, uma enorme mancha urbana que vai do Guará até Santa Maria (incluindo Ceilândia, Samambaia e Taguatinga). O Lago vai feder e não haverá depósito para o lixo.	PDOT em vigor já considerava essas áreas para fins de expansão urbana. A nova proposta prevê a criação de mecanismos para uma ocupação ordenada do solo, inclusive o escoamento de esgoto.	Lago Paranoá ainda tem capacidade de receber esgoto, o sistema de tratamento é um dos melhores do País e a Caesb viabilizará outras alternativas de escoamento de esgoto, quando for necessário, em outros rios.
PARQUES NACIONAIS	PDOT ignorou a lei, ao não determinar uma faixa de proteção para os parques nacionais da Água Mineral, Águas Emendadas (Planaltina) e Jardim Botânico.	A Câmara Legislativa reservou, por meio de emenda, uma faixa de 150 metros ao redor das áreas de preservação ambiental, vetando nela a ocupação urbana.	A iniciativa da emenda foi da liderança do Governo.
PARTICIPAÇÃO	Apesar da legislação mandar, não houve um grande debate mobilizando a sociedade na fase de elaboração do PDOT.	A Câmara Legislativa abriu o debate popular, em várias audiências públicas e na análise de 386 emendas apresentadas ao projeto de entidades como OAB, Fecomércio e UnB.	O projeto foi amplamente divulgado e debatido, em mais de 80 reuniões desde o ano passado, antes de ser enviado à Câmara, em maio deste ano.